



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**NOTA EXPLICATIVA
DEMADATA – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA FECHAMENTO
ANUAL – 2021**

A Chefe de Divisão de Arrecadação Tributária, Ana Lúcia Maitan Cruz, nomeada através do Decreto 47821/2017, vem por meio desta explicar alguns pontos do fechamento da Dívida Ativa do Município de Presidente Kennedy – ES, como segue:

1. Saldo Inicial

Trata-se do valor da Dívida acumulada no ano anterior, a saber, o saldo final do exercício de 2021.

2. Inscrição na Dívida Ativa Tributária

2.1. Previsão legal: Código Tributário Municipal, LC 002/2008, Art. 283 a 285 e Art. 303.

2.2. Os valores apontados no relatório são referentes à:

2.2.1 Inscrição em Dívida Ativa provenientes de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano): Sempre que o IPTU não é pago no ano do seu lançamento, é inscrito em Dívida Ativa, no primeiro dia útil do ano subsequente, acrescido de multa de inscrição, correção, multa e juros de mora.

2.2.2. Inscrição em Dívida Ativa provenientes de outros tributos: Sabe-se que a Dívida Ativa é composta de créditos tributários e não tributários, desde que regularmente inscritos no órgão competente e findado o prazo para pagamento. Os valores apontados no demonstrativo são provenientes de taxas diversas, multas em decorrência do poder de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

polícia, ressarcimento ao erário por decisão de órgãos superiores, ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e outros.

3. Atualização da Dívida Ativa

Valores referentes à multas e juros de mora sobre IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), taxas diversas, multa em decorrência do poder de polícia, ressarcimento ao erário por decisão de órgãos superiores e outros.

4. Cancelamentos, prescrições e isenções

4.1. Os cancelamentos podem oriundos de processos administrativos ou pelo princípio da autotutela garantido à administração pública pela Súmula 473 do STF.

4.2. As prescrições por processos administrativos por terem findado o prazo legal para que a administração cobre os valores inscritos na Dívida Ativa, de acordo com o disposto nos Arts. 156 a 174, do Código Tributário Nacional, LC 5.172/1966.

4.3. As isenções são concedidas nas condições estabelecidas no Art. 65 do Código Tributário Municipal, LC 002/2008.

Presidente Kennedy, em 11 de janeiro de 2022.